



PSD p.6

O Orçamento comunitário foi o menos afectado na redução geral



PSD p.5

Coligações no distrito do Porto entre o PSD e o CDS/PP objecto de esforço conjunto

POVO LIVRE



nº 1769

13 de fevereiro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Dura maratona negocial” para discutir proposta do Orçamento Comunitário



O Primeiro-Ministro no Conselho Europeu

“Dura maratona negocial” para discutir proposta do Orçamento Comunitário

O Primeiro-Ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, deslocou-se a Bruxelas, nos dias 7 e 8 (5ª e 6ª feiras da semana passada) para participar no Conselho Europeu que apreciou o Orçamento Comunitário Plurianual, que teve a singularidade de, pela primeira vez, considerar uma diminuição substancial de verbas, em relação a anterior orçamento. No entanto, Portugal sofreu, proporcionalmente, menos que os seus parceiros e obteve alguns substanciais bónus.

A deslocação do Primeiro-Ministro a Bruxelas, teve a seguinte programação: quinta-feira, 7 de Fevereiro, às 11h30, chegada ao Edifício Justus Lipsius, em Bruxelas, para a reunião do grupo Amigos da Coesão; às 15h, decorreu o encontro com Presidente do Parlamento Europeu.

Seguiu-se a tradicional “Foto de Família” e às 15 e 45, teve início da Primeira Sessão de trabalho, seguida pelo jantar de trabalho

Na sexta-feira, os trabalhos começaram às 9 e 45 as sessões de trabalho e quando estas terminaram as conferências de imprensa de cada Chefe de Delegação, de livre assistência, mas mais especificamente dedicada à Informação dos respectivos Países.

A reunião, como já é hábito quando os temas são controversos e é muito difícil a obtenção de consensos, transformou-se no que já entrou na “gíria” de Bruxelas, numa “maratona negocial” e esta, para manter a tradição, prolongou-se por mais de 24 horas

Na conferência de Imprensa de Passos Coelho, o Primeiro-Ministro português manifestou a sua satisfação com o acordo sobre o orçamento comunitário plurianual alcançado no Conselho afirmando que os benefícios para Portugal superam os da proposta inicial da Comissão Europeia em relação ao nosso País.

Pedro Passos Coelho falava depois das longas reuniões negociais, no fim da qual os chefes de Estado e de Governo da UE chegaram a acordo sobre o quadro financeiro plurianual para 2014-2020, com um corte global de 95 mil milhões de euros, relativamente à proposta original de Bruxelas, mas que, de acordo com o Primeiro-Ministro, confere a Portugal mais 300 milhões de euros que o documento inicial previa e que Lisboa já considerava uma boa base de negociação.

Apontando que “cedo ficou claro que um acordo só seria possível numa base mais realista” que a proposta original de Bruxelas, o que implicaria reduzir os montantes globais, Passos Coelho indicou que, “para Portugal, tratou-se, portanto, de garantir ao longo deste processo negocial um resultado tão próximo quanto possível da proposta inicial ou mesmo melhor”.

“Não posso deixar de manifestar a minha satisfação por poder anunciar agora, neste momento, que fomos além desse objectivo”, declarou, apontando que, apesar da “significativa redução” do orçamento global, Portugal obteve no conjunto da política da coesão e da política agrícola comum, um valor de 27,8 mil milhões de euros.

Comparando com o quadro financeiro anterior (2007-2013), tal representa uma queda de 9,7 por cento nestes dois domínios, quando na média europeia essa queda foi agora de 13,1% e na negociação anterior a perda havia sido de 14%.

“Num contexto de descida generalizada, melhorámos a nossa posição relativa no seio da UE no conjunto da coesão e agricultura”, indicou, apontando que para tal contribuiu decisivamente o montante adicional de 500 milhões de euros, agora garantidos para o desenvolvimento rural, e – muito importante sem necessidades agravadas de co-financiamento, que se vêm a somar aos 1.000 milhões euros, já acordados em Novembro passado e agora confirmados para a coesão.

Passos Coelho expressou ainda o seu “reconhecimento” ao presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, “pelo seu decisivo contributo para o sucesso desta negociação, em circunstâncias adversas, tanto no



interesse comum europeu, como muito particularmente no interesse de Portugal”.

Governo conseguiu fazer aprovar a redistribuição do “envelope” extra de mil milhões de Euros

O Primeiro-Ministro anunciou também que a proposta do Governo, de redistribuir de forma diferente o envelope extra de 1.000 milhões de Euros, (acima referido), no quadro do orçamento comunitário plurianual, foi aceite em Bruxelas, e beneficiará também as regiões menos desenvolvidas. Pedro Passos Coelho indicou que os presidentes da Comissão e do Conselho concordaram com a proposta do executivo português, de fazer outra redistribuição do “cheque” de 1.000 milhões de euros proposto na cimeira de Novembro de 2012, e hoje reconfirmado, para abranger mais regiões carenciadas de Portugal, e não apenas para a Madeira e Lisboa-Vale do Tejo, como constava do texto inicial.

O Primeiro-Ministro especificou que o envelope será distribuído da seguinte maneira: “450 milhões serão alocados às regiões mais desenvolvidas - onde se incluem 150 milhões para a Madeira -, e os restantes serão alocados às regiões menos desenvolvidas e de transição, mais especificamente 75 milhões para Algarve (transição) e 475 milhões para as regiões menos desenvolvidas”.

Passos Coelho salientou que tal significa então que, apesar de essa não ter sido a distribuição originalmente proposta pela Europa, aquela sugerida posteriormente pelo Governo português “faz destinar a maior parte destes 1.000 milhões às regiões menos desenvolvidas e de transição, que mais necessitam dessa infusão de capital”.

No final da cimeira de 23 de Novembro de 2012, que constituiu a primeira tentativa para se chegar a um acordo sobre o orçamento comunitário para 2014-2020, Passos Coelho já indicara que Portugal pretendia uma redistribuição diferente de “um possível cheque” extra de 1 000 milhões de euros de que viesse a beneficiar,

proposto pelo presidente da Comissão, Durão Barroso.

A proposta original previa uma verba adicional para as regiões mais desenvolvidas de Portugal, designadamente 1.000 milhões de euros, dos quais 100 milhões seriam para a Madeira e o resto para Lisboa, para compensar o País por uma pesada quebra nos fundos de coesão e para evitar que, no âmbito das regiões ultraperiféricas, a região da Madeira perdesse 75 por cento do seu financiamento. Decisão final é – portanto – uma boa notícia.

“As negociações não terminaram. Agora, é necessário que o Parlamento Europeu vote o que foi acordado no Conselho”

Continuando a sua informação aos jornalistas, Passos Coelho referiu o passo seguinte, ou seja, a obtenção de um acordo sobre este Orçamento, entre o Conselho – que o propõe – e o Parlamento Europeu, que tem a palavra final. O Primeiro-Ministro Português disse acreditar que, no essencial e para Portugal, a grande preocupação expressa pelo presidente da Assembleia, Martin Schulz, prendia-se com o nível de flexibilidade, que o Primeiro-Ministro considera ter ficado acautelado.

Passos Coelho apontou que uma das questões que mais preocupava a Assembleia se prende com “o nível de flexibilidade que deve existir para permitir que a diferença que se vem registando, e que não se espera que diminua, entre o nível de compromissos e o nível de pagamentos que anualmente é possível realizar, não resulte num agravamento (para pior) desse mesmo nível”.

“Partilhando desse interesse, na realidade, está também a Comissão Europeia, que manifestou, e creio que o fará também publicamente, a sua concordância em que é necessário alcançar uma grande flexibilidade para permitir, por exemplo, que programas que não são executados, vejam essas verbas transferidas para outras rubricas e possam mesmo ser alocados como recursos próprios da União”, indicou.

Para o Primeiro-Ministro, está por isso “de certa forma acautelada no acordo que foi hoje atingido” aquela que era uma das grandes preocupações dos grupos políticos



da Assembleia, pelo que o acordo hoje fechado ao nível de chefes de Estado e de Governo “aponta para que a máxima flexibilidade possível possa vir a resultar desse entendimento” com o Parlamento.

“Creio que com isto temos um passo importante dado para chegarmos a um entendimento com o Parlamento Europeu”, afirmou.

As quatro principais famílias políticas do Parlamento Europeu avisaram já os líderes dos 27 que podem rejeitar o orçamento comunitário hoje acordado em Bruxelas, depois de mais de 24 horas de negociações, se não forem feitas modificações.

Num comunicado conjunto, os partidos Popular Europeu (PPE), Socialista (S&D), Liberal (ALDE) e Verdes, sublinham que o PE “não pode aceitar o acordo hoje alcançado pelo Conselho Europeu tal como ele está”.

“As verdadeiras negociações irão começar agora com o PE. Manteremos as nossas prioridades, de que demos conta variadíssimas vezes”, escrevem.

Lamentando que o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy não tenha “dialogado mais”, as famílias políticas europeias consideram que o envelope financeiro para os próximos sete anos “não vai fortalecer, mas sim enfraquecer, a competitividade da economia europeia”.

Os financiamentos obtidos para Portugal serão orientados para a máxima alavancagem possível de empresas

Continuando o seu esclarecimento, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, confirmou que o Governo pretende orientar para uma “instituição especializada” parte dos financiamentos originários dos fundos estruturais.

“Confirmando” – respondeu a uma pergunta – “a intenção de que uma parte de financiamentos originários dos fundos estruturais possa ser utilizada por uma instituição financeira especializada, que possa alavancar melhor, isto é, fazer multiplicar esses fundos, para os dirigir a um número maior de empresas e de projectos”.

O Primeiro-Ministro acrescentou que “é conhecido” que o Governo tem a intenção de “poder vir a utilizar fundos estruturais para alavancar investimentos junto das PME [Pequenas e Médias Empresas], que possam ser melhor canalizados através de uma instituição financeira especializada”.

Contudo, ressaltou, “não existe ainda um desenho final” da solução a adoptar, acrescentando esperar que os ministros das Finanças, Vítor Gaspar, e da Economia, Álvaro Santos Pereira, “possam dar oportunamente algumas notícias” sobre este tema.

Passos Coelho afirmou também que Portugal pretende “aproveitar as condições de pré-financiamento que foram alcançadas para que, logo em 2014”, possa “dar



um nível de elevado de execução aos novos fundos”.

As PME, sublinhou, deverão ser destinatárias de uma “parte muito significativa” destas verbas.

Passos Coelho disse ainda que é também objectivo do Governo “conseguir que o regime de fundo perdido possa, gradualmente, dar lugar a um regime de empréstimo, com lugar a reembolso que permitirá que o mesmo dinheiro possa, ao longo dos sete anos, estar disponível para mais empresas e, portanto, para mais projectos”.

Ainda os “cortes” estruturais de 4 mil milhões

Já no final da conferência de imprensa, e à saída, o Primeiro-Ministro foi abordado pela Informação, sobre um assunto de política interna portuguesa, desmentindo que o Conselho de Ministros do dia 9, seja dedicado ao assunto os cortes de 4 mil milhões de euros na despesa, de que tanto se tem falado, afirmando tratar-se de uma reunião “normal”, onde o assunto será naturalmente debatido, com outros assuntos, como já o foi e continuará a ser.

«Eu sei que houve órgãos de comunicação social que anunciaram em Lisboa que haveria um Conselho de Ministros especial para tratar dessa matéria, mas quero aproveitar para dizer que o Conselho de Ministros de amanhã (sábado) é um Conselho de Ministros ordinário, que está convocado para a mesma hora dos Conselhos de todas as semanas”, afirmou Passos Coelho, à saída da Cimeira.

Pedro Passos Coelho acrescentou que “o Conselho foi marcado para sábado justamente” porque “não tinha possibilidade de participar” dada a importância da sua presença no Conselho Europeu de Bruxelas, “e dado também que qualquer dos ministros de Estado tinha impedimentos que não lhes permitiam assegurar a condução do Conselho”.

“Será um Conselho de Ministros normal no qual teremos também a preparação do próprio exame regular (do

programa de assistência) em agenda, tal como teremos no Conselho de Ministros que terá lugar na semana seguinte”, disse.

Passos Coelho admitiu que “todas essas matérias”, incluindo as poupanças de 4 mil milhões de euros, “estão em discussão dentro do Governo”.

«Não há um momento especial para produzir essa discussão. Há muito tempo que vimos preparando essa matéria. Ela não deixará de estar na agenda do próximo Conselho de Ministros, como já esteve na do anterior, como estará no da próxima semana», reforçou.

Passos Coelho lembrou que “o Governo comprometeu-se com a ‘troika’ a encontrar poupanças permanentes de cerca de 4 mil milhões de euros que possa alcançar até 2014”, podendo uma parte dessas poupanças ser mesmo “identificadas para vigorar já no ano de 2013” e afirmou que o Governo mantém “esse horizonte e esse objectivo”.

Segundo o Primeiro-Ministro, há três ordens de razões para proceder a essas poupanças, designadamente o facto de tal poder vir a proporcionar no futuro uma “fiscalidade menos pesada para os portugueses, diminuir o rácio de dívida pública, e permitir que no futuro alguma poupança suporte investimento público com retorno económico que seja capaz de gerar emprego”.

Um resumo do quadro Financeiro Plurianual 2014-2020

Do Ministério das Finanças e do Gabinete do PM, citamos um resumo do que vai ser o quadro plurianual 2014-2020, saído desta reunião cimeira de Chefes de Estado e de Governo da EU.

Melhorou-se a proposta da comissão para Portugal, mas afastamos, por completo, a proposta do Conselho Europeu, que era muito prejudicial para Portugal.

O ponto de partida destas negociações era muito adverso para Portugal.

O Governo conseguiu negociar a distribuição do envelope da coesão, os 1.000 milhões, numa óptica mais solidária para as regiões menos favorecidas do país e amortecemos consideravelmente as perdas para a Madeira e para os Açores.

O bolo diminui mas Portugal tem a mesma fatia (6,2%); Em média, os outros países perderam 13% nós perdemos 9,7%

O Governo conseguiu melhorar a parte portuguesa da proposta da comissão.

Na negociação anterior (Governo Sócrates), em 2007, o País já perdera 14%.

A UE aprovou o orçamento comunitário para o período entre 2014 e 2020 e, pela primeira vez, a verba negociada foi menor do que a do anterior pacote. O orçamento comunitário global soma 960 mil milhões de euros, a dividir por todos os Estados membros da UE. Embora haja redução do valor, a proporção que coube a Portugal manteve-se. O País tem uma fatia do bolo equivalente a 6,2%, a mesma que teve na negociação anterior.

A verba foi diminuída pelas seguintes razões: os países que mais contribuem para o orçamento comunitário estão a fazer cortes orçamentais, pelo que a pressão para reduzir os fundos comunitários era enorme. Por outro lado, os novos Estados-membros da Europa Central tinham aspirações para reforço das respectivas verbas comunitárias.

Portugal perdeu 9,7% nas verbas da coesão e da agricultura, mas a redução média dos outros países foi de 13,1%. Na negociação anterior (Governo Sócrates), em 2007, o País já perdera 14%.

A estratégia de concertação com o chamado “grupo da Coesão” foi determinante para a obtenção destes resultados.

Apesar da significativa redução do orçamento global, Portugal obteve no conjunto da política da coesão e da política agrícola comum um valor de 27,8 mil milhões de euros para os sete anos.

Nestes dois sectores mais significativos do orçamento europeu, Portugal obteve uma verba de 19,5 mil milhões de euros e de 7,9 mil milhões, respectivamente. Na recta final da negociação foi possível reduzir as perdas, com um envelope extra (já negociado na anterior cimeira) de 1.000 milhões de euros, ao qual foi possível juntar uma verba de 500 milhões para o desenvolvimento rural. - Gab. PM

Passos Coelho deseja à China um novo ano de prosperidade



No dia 10, o Primeiro-Ministro, Passos Coelho, desejou que o Novo Ano Lunar chinês “traga prosperidade, saúde e bem-aventurança, para o povo chinês, para a comunidade portuguesa em Macau e para a comunidade chinesa em Portugal”.

Numa mensagem disponibilizada no “site” oficial do Governo português, Passos Coelho lembra que “o ano da serpente simboliza a reflexão, o planeamento e a preparação do futuro” e nota que estes símbolos “não podiam ser mais auspiciosos num mundo em rápida transformação, que aconselha à reflexão sobre os problemas presentes e à preparação do futuro: não apenas o de cada nação individual mas, também, o futuro comum que pertence a todos os homens e mulheres que vivem neste planeta”.

Na mensagem, Passos Coelho escreve que é “desejável aprofundar as excelentes relações diplomáticas, culturais, científicas e económicas, antigas de cinco séculos [entre Portugal e a China] mas, simultaneamente, modernas e vibrantes” e vinca que “os últimos tempos têm sido um testemunho disso mesmo registando-se progressos importantíssimos na intensificação das nossas relações, desde a Declaração Conjunta Luso-Chinesa sobre a Questão de Macau, ao Acordo da Parceria Estratégica Global, firmado em 2005”.

Acresce, afirma o chefe do executivo, “que o notável crescimento da China tem potenciado diversas oportunidades que temos sabido aproveitar com benefícios mútuos e, estou seguro, que continuaremos a explorar novas e diversificadas vias de colaboração”.

Assim, diz, a relação de meio milénio materializada nas relações bilaterais “continuam fortes, e têm sabido resistir ao tempo e às mudanças económicas e sociais, e

também este ano, comemora-se o décimo aniversário da criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, tendo Macau o estratégico papel de plataforma”.

No texto, há ainda espaço para falar de Macau:

“Assim como a Comunidade Portuguesa em Macau é, e será sempre, um activo estratégico de Portugal no Oriente, também a comunidade chinesa em Portugal tem desempenhado um papel fundamental na articulação entre as duas sociedades”.

– Fonte: Lusa



Coligações no distrito do Porto entre o PSD e o CDS/PP objecto de esforço conjunto

O líder da Distrital do Porto do PSD afirmou que “via com bons olhos a existência de uma coligação idêntica à que existiu em 2009” com o CDS-PP no Porto, mas este partido “ainda não tomou nenhuma decisão formal”.

Virgílio Macedo participou hoje na apresentação das duas primeiras coligações entre os sociais-democratas e os centristas a nível distrital - para os municípios de Lousada e Trofa, onde o PS tem maioria -, com vista às eleições autárquicas deste ano.

No caso de municípios como o Porto e Gaia, “as decisões não passam só pelas distritais e têm a ver com os órgãos nacionais” do CDS-PP, salientou o presidente da Distrital centrista, Álvaro Castelo Branco, que se encontrava ao lado de Virgílio Macedo, na sede do PSD/Porto.

Os estatutos do CDS-PP dizem que a escolha de candidatos eleitorais a “qualquer concelho com mais de 100 mil eleitores” também é uma competência da direcção nacional do partido, reforçou Álvaro Castelo Branco.

“Continuamos a trabalhar em todos os cenários. Vamos aguardar o que vai acontecer”, disse depois o dirigente social-democrata.

Gaia é uma “questão diferente”. O PSD local aprovou na terça-feira o nome de Carlos Abreu Amorim como cabeça-de-lista para a Câmara, “mas essa candidatura ainda não foi votada pela Distrital do Porto e ainda não foi homologada pelos órgãos nacionais”, salientou Virgílio Macedo.

“Haverá conversações com o CDS-PP para avaliar a possibilidade da manutenção de uma coligação que tem sido favorável aos gaienses. Continua a existir conversações”, acrescentou.

Álvaro Castelo Branco recordou que, em Gaia, “foi assinado um pré-acordo de coligação entre o CDS-PP e o PSD pelas respectivas concelhias”.

“O PSD aprovou um nome, mas por norma não falamos sem a Distrital do PSD o aprovar, coisa que ainda não aconteceu”, continuou o dirigente distrital centrista.

“No Porto, o CDS-PP ainda não teve oportunidade de tomar a sua decisão. Tem vindo a reflectir sobre esse assunto”, afirmou.

Mais tarde, no dia 9, as distritais do Porto do PSD e do CDS-PP anunciaram em conjunto, que os dois partidos decidiram concorrer coligados às câmaras municipais de Lousada e da Trofa nas eleições autárquicas deste ano.

Os candidatos são Leonel Vieira, para Lousada, e Sérgio Humberto, para a Trofa, e ambos terão como missão desalojar o PS, que venceu a corrida eleitoral para as duas autarquias através de Joana Lima (Trofa) e de Jorge Malheiro (Lousada) nas últimas autárquicas.

Leonel Vieira é um solicitador que “foi candidato há quatro anos” pelo PSD. “Tem todas condições para ser uma candidatura vencedora”, disse o presidente da Distrital social-democrata, Virgílio Macedo, que tinha a seu lado o líder da Distrital do CDS-PP, Álvaro Castelo Branco.

A Câmara de Lousada tem maioria socialista desde as eleições autárquicas de 1989, quando Jorge Malheiro foi eleito presidente pela primeira vez. Desde então, o PS ganhou todas as eleições para a autarquia com maioria absoluta.

Na Trofa, os dois partidos apostam em Sérgio Humberto, um “quadro jovem” que lidera a secção local PSD e é professor de Educação Física.

“Estamos a apresentar dois futuros presidentes de câmara”, declarou, por seu lado, Álvaro Castelo Branco.

Virgílio Macedo disse que o PSD e o CDS-PP têm “um acordo assinado a nível concelhio” para Gondomar e “a nível distrital existe uma comunhão de interesses e de objectivos” entre ambos os partidos, para que haja também uma coligação eleitoral.

A apresentação formal do candidato à Câmara de Gondomar será feita quando for assinado o “acordo definitivo” entre sociais-democratas e centristas, “cabendo ao PSD”, indicá-lo, precisou o presidente da Distrital



centrista, Álvaro Castelo Branco.

Nas autárquicas de há quatro anos, PSD e CDS-PP concorreram coligados em nove municípios do distrito do Porto: Felgueiras, Gondomar, Lousada, Matosinhos, Porto, Penafiel, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Virgílio Macedo disse que os dois partidos estão a “trabalhar afincadamente” para que, nas eleições autárquicas deste ano, seja possível manter “um número

pelo menos igual de coligações”.

“Existe mesmo a possibilidade de aumentarmos o número de coligações”, admitiu.

Álvaro Castelo Branco acrescentou que o CDS-PP faz “uma análise muito positiva do que se tem passado nos últimos anos à volta desses entendimentos” com o PSD no distrito do Porto.

- Fonte: Lusa

Carlos Abreu Amorim

O Orçamento comunitário foi o menos afectado na redução geral

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Carlos Abreu Amorim, disse no Porto que Portugal “ao contrário do que pretendem os habituais profetas da desgraça, obteve um resultado acima do esperado, quanto ao orçamento comunitário para o período 2014-2020 aprovado em Bruxelas.

Carlos Abreu Amorim, que veiculou a posição oficial do PSD, explicou que o resultado alcançado é “bom face ao ponto de partida, que considerou “agreste e muito negativo”, na medida em que contemplava “uma descida acentuada dos fundos comunitários” para os próximos sete anos.

“O governo de Portugal, os portugueses e o primeiro-ministro estão e parabéns. Conseguimos resultados bastante acima daquilo que era o documento inicial, da Comissão Europeia”, acrescentou.

O deputado destacou que Portugal conseguiu também “alguns bónus”, tais como “reduzir a parte portuguesa” nos projectos que vão ser financiados por fundos comunitários.

Carlos Abreu Amorim realçou que Portugal conseguiu um aumento dos fundos para o desenvolvimento rural, de 500 milhões de euros, e outro de “mil milhões nas políticas de coesão”.

Na coesão, o deputado salientou que o País obteve uma “mudança de regras na distribuição” dos respectivos fundos, “compensando devidamente as regiões do País que são mais desfavorecidas, como é o caso do Norte, do Centro e do Alentejo”.

“Estes bons resultados não se conseguiram por acaso. Foram fruto de uma estratégia e de uma lógica consequente e afirmativa daquilo que Portugal tem que fazer no contexto europeu”, prosseguiu.

O dirigente social-democrata disse que “Portugal liderou, juntamente com o Governo polaco, um conjunto de países amigos da coesão, que conseguiram contrapor bons argumentos em relação a cortes que eram muitíssimos piores do que veio a acontecer”.

“Esta estratégia consequente contrasta em absoluto com aquilo que era pedido pela oposição, que era a estratégia do berro, de histeria e de reclamação inútil, que normalmente não leva a lado nenhum”, referiu ainda.



Carlos Abreu Amorim disse que, face ao quadro comunitário anterior, há um corte global de “mais de 13%”, enquanto Portugal perde “9,7%”, porque o país viu compensada uma “estratégia liderante”.

É a primeira vez que um orçamento comunitário plurianual é menor que o anterior, o que o vice-presidente da bancada do PSD na Assembleia da República reconhece, insistindo, contudo, que Portugal conseguiu “um quadro que, sem ser excelente, é bastante mais agradável do que a premissa inicial”.

“É uma vitória para Portugal, mas que é resultado de uma estratégia de liderança do primeiro-ministro e da credibilidade que Portugal vem afirmado a nível europeu e mundial”, salientou.

Questionado sobre se os deputados europeus do PSD votarão a favor deste novo orçamento, Carlos Abreu Amorim respondeu: “Agora vamos ter uma fase de negociações com os vários grupos europeus, que terão outra visão do problema, mas, para já, o pior já passou”.

“Os deputados do PSD no Parlamento Europeu estão integrados na maior força política-partidária europeia”,

daí resultando “uma lógica mais global”, que, disse, vai para além dos sociais-democratas portugueses.

Sobre o envolvimento no processo do ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlos Abreu Amorim disse ser “evidente que o ministro Paulo Portas teve a sua intervenção, que foi muito importante, mas as negociações finais foram travadas entre os Chefes de Estado e de Governo dos vários Países.

Os líderes europeus chegaram assim a acordo, em Bruxelas, sobre o novo quadro orçamental da União Europeia (UE) que, pela primeira vez, prevê montantes inferiores ao anterior, mas que, em comparação com a dimensão do corte, na sua totalidade, não pode deixar de ser “satisfatório” para Portugal.

Após uma maratona negocial de mais de 24 horas, os chefes de Estado e de Governo chegaram a acordo sobre o Quadro Financeiro Plurianual da UE para o período 2014-2020, que contempla 959 mil milhões de euros em compromissos (autorizações), o que representa uma redução de 34 mil milhões relativamente ao quadro financeiro anterior (2007-2013). – Fonte: Lusa

Conselho de Ministros de 9 de Fevereiro de 2013

A reunião semanal do Conselho de Ministros realizou-se no Sábado, dia 9 (em vez de na quinta-feira), a partir das 8:30, por razões de agenda de vários membros do Governo, incluindo o primeiro-ministro.

Pedro Passos Coelho esteve em Bruxelas na quinta e na sexta-feira, onde participou na cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia.

O primeiro-ministro negou na sexta-feira que o Conselho de Ministros de hoje seja especial e dedicado aos cortes de 4 mil milhões de euros, afirmando tratar-se de uma reunião "normal", onde o assunto será naturalmente debatido, como já o foi e continuará a ser.

"Eu sei que houve órgãos de comunicação social que anunciaram em Lisboa que haveria um Conselho de Ministros especial para tratar dessa matéria, mas quero aproveitar para dizer que o Conselho de Ministros de Sábado é um Conselho de Ministros ordinário, que está convocado para a mesma hora dos conselhos de toda a semana", afirmou Passos Coelho na sexta-feira, no final da cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia.

Pedro Passos Coelho acrescentou que "o Conselho foi marcado para sábado justamente" porque "não tinha possibilidade de participar" dada a importância da sua presença no Conselho Europeu de Bruxelas, "e dado também que qualquer dos ministros de Estado tinha impedimentos que não lhes permitiam assegurar a condução do Conselho".

"Será um Conselho de Ministros normal no qual teremos também a preparação do próprio exame regular (do programa de assistência) em agenda, tal como teremos no Conselho de Ministros que terá lugar na semana seguinte", disse.

Passos Coelho admitiu que "todas essas matérias", incluindo as poupanças de 4 mil milhões de euros, "estão em discussão dentro do Governo, sendo tratadas como habitualmente o são as questões presentes ao colectivo ministerial".

"Não há um momento especial para produzir essa discussão. Há muito tempo que vimos preparando essa matéria. Ela não deixará de estar na agenda do próximo Conselho de Ministros, como já esteve na do anterior, como estará na da próxima semana", reforçou.

Passos Coelho lembrou que "o Governo comprometeu-se com a 'troika' a encontrar poupanças permanentes de cerca de 4 mil milhões de euros que possam alcançar até 2014", podendo uma parte dessas poupanças ser mesmo "identificadas para vigorar já no ano de 2013" e afirmou que o Governo mantém "esse horizonte e esse objectivo".

Segundo o primeiro-ministro, há três ordens de razões para proceder a essas poupanças, designadamente o facto de tal poder vir a proporcionar no futuro uma "fiscalidade menos pesada para os portugueses, diminuir o rácio de dívida pública, e permitir que no futuro alguma poupança suporte investimento público com retorno económico que seja capaz de gerar emprego".

Segue-se o texto do comunicado habitual divulgado após o Conselho, que se realizou no Sábado, dia 9 de Fevereiro.

*

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei de autorização legislativa, a apresentar à Assembleia da República, que visa rever o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC).

É propósito do Governo aprovar um novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo (NRJOIC) que acolha e transponha para a ordem jurídica interna as alterações decorrentes de um conjunto de directivas comunitárias.

O NRJOIC traduz um esforço de sistematização e ordenação, particularmente no que respeita aos requisitos



de acesso e exercício das actividades relacionadas com a gestão de OIC e actividades profissionais conexas, bem como no que se refere ao regime sancionatório aplicável à violação das disposições previstas no diploma.

2. O Conselho de Ministros aprovou o decreto-lei de execução orçamental para 2013, estabelecendo, por esta via, normas que presidem à execução do Orçamento do Estado para 2013.

São reforçados os mecanismos de controlo rigoroso imprescindíveis à política de consolidação orçamental que tem vindo a ser seguida pelo Governo, designadamente através da adopção de medidas de criterioso controlo da despesa pública, sem prejuízo de ser concedida uma maior flexibilidade aos serviços e organismos da Administração Pública na respectiva gestão orçamental.

3. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, de forma a actualizar o elenco de membros do Governo constante daquele diploma.

Esta alteração foi determinada pela nomeação do Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agro-alimentar, função contemplada na nova estrutura do Governo.

4. O Governo aprovou o novo regime jurídico do trabalho aéreo, conformando-o à transposição da directiva comunitária relativa aos serviços no mercado interno.

Procede-se à simplificação e desmaterialização de vários actos inerentes às permissões administrativas a conceder pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.

Nesse sentido, são clarificados os procedimentos e os documentos necessários à concessão das várias permissões, bem como as responsabilidades e obrigações dos vários operadores de trabalho aéreo.

Conforma-se, assim, o nosso regime jurídico do trabalho aéreo com as normas europeias aplicáveis à livre prestação de serviços no mercado interno, eliminando-se barreiras desnecessárias ao exercício desta actividade.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que altera o regime aplicável à direcção e coordenação geral das intervenções no âmbito do «Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades» e do conjunto de operações «Polis Litoral

- Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira», actualmente cometidas à sociedade Parque Expo.

A alteração agora aprovada permite que aquelas actividades sejam sujeitas à concorrência, nos termos do Código dos Contractos Públicos.

6. O Conselho de Ministros aprovou, através de resolução, as minutas de contractos fiscais de investimento, e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), e 10 sociedades.

Os contractos referidos respeitam às seguintes sociedades: Santos Barosa - Vidros, S.A.; Font Salem Portugal, S.A.; Labesfal - Laboratórios Almiro, S.A.; Borgstena Textile Portugal, Unipessoal, Lda.; Vale de S. Martinho - Sociedade Agrícola, S.A.; Tyco Electronics Componentes Electromecânicos, Lda.; Ferpinta - Indústrias de Tubos de Aço de Fernando Pinho Teixeira, S.A.; CS - Coelho da Silva, S.A.; Pentaplast, S.A.; e Gypfor - Gessos Laminados, S.A.,

São fixados os objectivos e as metas a cumprir pelos promotores e os benefícios fiscais a conceder, correspondendo estes contractos a um investimento total de 154,6 milhões de euros. Estão em causa projectos de investimento que o Governo considera revestirem especial mérito e interesse para a economia nacional, reunindo as condições necessárias para a concessão dos incentivos fiscais legalmente previstos.

7. O Conselho de Ministros aprovou a minuta do aditamento ao contrato de investimento e ao contrato de concessão de benefícios fiscais, entre o Estado Português, representado IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., e a Indumape - Industrialização de Fruta, S.A., fixando o término da sua vigência em 31 de Dezembro de 2014.

8. O Conselho de Ministros decidiu declarar a resolução de contratos de concessão de benefícios fiscais celebrados entre o Estado Português e a sociedades General Motors Portugal, Lda., Riopelle - Têxteis, S.A., e Earthlife - Novas Tecnologias para as Energias Renováveis, S.A..

Esta decisão decorre do incumprimento dos objectivos contratualmente fixados. A resolução unilateral dos contractos incide sobre a matéria de concessão de benefícios fiscais. - Fonte: Portal do Governo

Braga

“A manutenção de um ensino de qualidade é uma das nossas principais preocupações”

No seguimento de um ciclo de contactos que têm por objectivo promover a cooperação e o diagnóstico com os cidadãos, associações e agentes do concelho de Braga, Ricardo Rio visitou, dia 7, a Escola Básica 2,3 de Celeirós. Célia Simões, directora da Escola, acompanhou Ricardo Rio durante a visita. Este é um esforço de cooperação e diagnóstico que a coligação “Juntos Por Braga” assume como essencial e que, neste caso, pretende estabelecer um diálogo directo com agentes do sector da educação, incluindo escolas, e associações representativas de estudantes, pais e professores.

Ricardo Rio aproveitou a iniciativa para conhecer em detalhe as instalações da Escola e as dificuldades que esta enfrenta, e felicitou tanto a escola como o Agrupamento de Celeirós pelo “ótimo” trabalho que têm vindo a desenvolver. O autarca assegurou que a área da educação e a manutenção de um ensino de qualidade são uma das principais prioridades do “Juntos Por Braga”. “O sector educativo está a passar por um período de transformação algo conturbado, pelo que é sempre com especial prazer que acompanhamos o bom desempenho das escolas, como é aqui o caso”, afirmou.

Célia Simões garantiu que apesar da Escola EB 2,3 de Celeirós não ter sido alvo de obras de renovação das instalações, a “constante preocupação e cuidado” com a manutenção e conservação dos espaços da escola tem permitido que a mesma ofereça óptimas condições aos estudantes. “Como podem verificar, os espaços estão em excelente estado, fruto de um trabalho diário de preservação que é feito por docentes, funcionários e alunos. Podemos afirmar, com toda a certeza, que a Escola oferece todas as condições de aprendizagem aos alunos que a frequentam”, garantiu.

Célia Simões enalteceu também a boa relação de colaboração entre a Escola, a Câmara Municipal de Braga e as Juntas de Freguesia. A directora destacou a importância da autarquia em lançar contínuos desafios ao envolvimento das escolas nos projectos municipais. “Temos participado em várias iniciativas desse cariz, tal como, por exemplo, a Braga Romana ou o concurso de postais dos TUB. São eventos muito importantes para



estimular a intervenção cívica e a cidadania nos alunos, assim como para fortalecer a ligação à cidade”.

A directora felicitou, ainda, as Juntas de Freguesia pelos incentivos dados ao mérito dos alunos, defendendo a existência de mais apoios nessa área. Nesse sentido, Ricardo Rio destacou que, neste e noutros níveis, a autarquia deve assumir a iniciativa e não pode ficar “sempre à espera” de financiamentos nacionais para desenvolver “políticas inovadoras” nesta área.

O esforço de uniformização das políticas e práticas das diferentes Juntas de Freguesia abrangidas pelo Agrupamento de Celeirós foi enaltecido por Célia Simões, que sugeriu mesmo que, em prol do princípio de igualdade entre escolas, “idêntico esforço” devia ser desenvolvido a nível municipal.

Um das questões abordadas por Ricardo Rio durante

esta visita prendeu-se com a necessidade de introdução de critérios mais uniformes na esfera do apoio social, para que os mesmos possam permitir o apoio a um número crescente de famílias em dificuldades económicas. “Estamos a atravessar um período extremamente complicado a nível social e económico, pelo que é fundamental que exista uma sensibilidade maior para este problema, garantindo que todos os alunos recebem um apoio justo e compatível com as suas carências efectivas”, declarou Ricardo Rio.

Em matéria de investimentos, o líder da coligação considera que as prioridades educativas futuras têm de ser orientadas no sentido da qualificação tecnológica dos diferentes níveis de ensino, optimizando assim os métodos de aprendizagem e a familiarização dos alunos com as novas tecnologias.

Projecto-piloto aposta em cursos profissionais em Cascais



Um acordo de cooperação para o desenvolvimento de um projecto-piloto de promoção do ensino profissional de jovens no concelho foi firmado entre a Câmara Municipal de Cascais e a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, dia 6 de Fevereiro. Trata-se de um protocolo que estabelece a criação de uma inovadora rede de oferta de ensino profissionalizante.

Conjugar numa só rede de oferta de ensino profissionalizante os interesses e aptidões dos jovens, a sua qualificação e empregabilidade, as necessidades de formação e qualificação das empresas do concelho e a rentabilização dos recursos humanos e físicos das entidades formadoras já existentes, é a proposta do acordo agora celebrado.

No âmbito deste protocolo, os jovens do concelho terão à sua disposição cursos profissionais em sectores que são relevantes ou representem potencial de crescimento para a economia local, nomeadamente Hotelaria e Turismo, Saúde, Mecânica/Mecatrónica Automóvel, Energias Renováveis e Música.

Os cursos irão basear-se numa lógica de formação qualificada o mais aproximada possível da realidade laboral. Para tanto estão a ser criadas e alargadas parcerias que

envolvem entidades formadoras com vocação para colocação dos jovens no mercado de trabalho, tais como o Hot Clube Portugal, o Instituto de Tecnologias Náuticas, a Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril, a ATEC – Academia de Formação Volkswagen, Siemens & Bosch, entre outras.

O projecto-piloto inclui ainda um programa de orientação vocacional e inserção profissional dos jovens no mercado de trabalho, através da criação de equipas integradas – escolas, serviços autárquicos, centros de emprego e centros de qualificação e ensino profissional – que deverão prestar tutoria aos formandos. A experiência-piloto irá funcionar a partir do ano lectivo 2013-2014, nos Agrupamentos de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo e Matilde Rosa Araújo e terá a duração de três anos, período após o qual serão avaliados os resultados do programa e equacionada a possibilidade de estendê-lo aos restantes estabelecimentos de ensino do concelho.

Dívida está a prejudicar qualidade dos serviços de saúde regionais, alerta Duarte Freitas

O presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, manifestou-se “muito preocupado” com a situação financeira do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, considerando que “as dificuldades actualmente sentidas estão a degradar a qualidade dos cuidados de saúde que são prestados aos utentes”.

Segundo Duarte Freitas, que se reuniu, dia 6, com a presidente do conselho de administração daquela unidade de saúde, as informações recolhidas “provocam grande preocupação uma vez que foi referido que a dívida actual do hospital a fornecedores é de 100 milhões de euros, sendo que o défice registado em 2012 situou-se nos 43 milhões de euros”.

“Como se pode verificar, o reforço orçamental de 30 milhões de euros recentemente anunciado pelo Governo dos Açores para todo o Serviço Regional de Saúde não é suficiente, sequer, para resolver o problema do défice registado o ano passado no Hospital de Ponta Delgada”, referiu.

Para o presidente do PSD/Açores, “a principal preocupação do PSD/Açores, no entanto, não está relacionada directamente com a questão financeira, mas sim com o impacto que esse problema tem provocado aos utentes e que recentemente foi bem visível” com o cancelamento de cirurgias por falta de material.

Duarte Freitas voltou a manifestar “total disponibilidade do PSD/Açores para colaborar com o Governo Regional de forma a tentar ultrapassar este grave problema”.

“Como é do conhecimento público, o Governo dos Açores comprometeu-se enviar aos partidos políticos e parceiros sociais o estudo que está a elaborar sobre o Serviço Regional de Saúde. É a partir desse documento que devem ser elaboradas as medidas que se consi-



derarem necessárias e o nosso partido tem realizado uma série de iniciativas precisamente com o objectivo de recolher informação para participar nesse debate”.

Ainda de acordo com o presidente do PSD/Açores, “infelizmente o Governo dos Açores nunca quis ouvir os

nosso alertas para a degradação financeira do Serviço Regional de Saúde, mas mais vale tarde do que nunca e o que há a fazer é trabalhar para resolver todos os problemas que actualmente se verificam nas unidades de saúde da Região”.

PSD denuncia “constrangimentos do porto da Calheta”



O PSD/Açores denuncia vários constrangimentos do porto da Calheta, na ilha de São Jorge, que têm “prejudicado de forma o desenvolvimento económico de uma ilha e de um concelho, onde são essenciais boas acessibilidades marítimas”, disse o deputado António Pedroso, para quem “o investimento realizado no cais da Calheta não está a ter a rentabilidade desejada e merecida pelos jorgenses”, referiu.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata sublinha “os condicionalismos de atracagem no porto que, segundo os armadores, estão relacionados com a falta de segurança que o mesmo apresenta. Condicionalismos que poderiam ser resolvidos pela simples remoção de umas baixas na baía da Calheta”, avançou.

Assim, e para além de questionar o governo regional sobre “o conhecimento que tem da situação de não operacionalidade do porto”, António Pedroso defende que “a falta dessa intervenção aumentou substancialmente as despesas no transporte de mercadorias para os empresários da Calheta, que são obrigados a deslocar-se várias vezes às Velas para recepcionar as mercadorias”, explica.

“A empresa Transportes Marítimos Graciosenses (TMG) tem tido as suas paragens sempre condicionadas ao estado do mar, pelo que queremos saber se os motivos dos cancelamentos sucessivos das escalas na Calheta foram transmitidos à tutela, e que mecanismos foram ou serão accionados para a solução do problema”.

“O PSD/Açores defende que se deve avançar com as dragagens necessárias à melhoria da operacionalidade do porto da Calheta, pois existindo uma infra-estrutura moderna e recém-construída, não é aceitável que não se encontre plenamente operacional”, critica António Pedroso, indicando que “um caso semelhante é o da gare marítima de passageiros, essencial para um eficiente fluxo de pessoas e mercadorias, que continuamos sem saber quando estará a funcionar”.

O deputado lembra ainda que o recente anúncio de diminuições nas taxas portuárias “de nada servirá aos comerciantes da Calheta, já que essa pequena poupança não compensa os sobrecustos derivados da falta de operacionalidade do porto. Uma realidade ainda mais preocupante face ao momento de sufoco financeiro que muitos deles atravessam”, concluiu.

Colocar o tema das pautas aduaneiras na agenda europeia é ajudar os empresários portugueses

No dia que marcou o início dos trabalhos do Conselho Europeu, em que são esperadas decisões muito importantes no que concerne ao próximo Quadro Financeiro para o período 2014-2020, Luís Campos Ferreira reconheceu que o acordo político a 27 não seria fácil de alcançar num cenário de grandes constrangimentos e de desafios financeiros e económicos para os Estados membros. Contudo, acrescenta o parlamentar, “temos total confiança na acção do Governo português, sabendo que os interesses de Portugal estão a ser devidamente acautelados, designadamente na defesa da Coesão, da Solidariedade e das Políticas de Crescimento. Acreditamos, igualmente, que a ambição positiva da Estratégia Europa 2020, centrada no Crescimento, no Emprego e no Desenvolvimento Regional Sustentável, não sairá frustrada desta negociação e acabará por prevalecer sobre os interesses nacionais que, por vezes, põem egoisticamente em causa a união do projecto europeu”.

Numa declaração política em nome do PSD, o deputado social-democrata centrou-se, de seguida, na contribuição essencial que o comércio pode dar para impulsionar o crescimento e a criação de emprego no espaço da União Europeia. Para o parlamentar, “a relevância deste tema para Portugal é evidente. Especialmente nas circunstâncias que estamos a viver, em que a capacidade exportadora das empresas portuguesas se tem revelado o principal músculo da economia nacional”. “O País tem, por isso, um particular interesse na prossecução de uma política comercial e aduaneira europeia que favoreça o aprofundamento das relações com os nossos parceiros estratégicos e a abertura a novos mercados em condições de maior reciprocidade e equilíbrio. De facto, o comércio nunca foi tão importante para a economia da União e dos seus Estados membros como é hoje. Num ambiente europeu marcado por um fraco crescimento económico, por fortes constrangimentos financeiros e por um grande esforço de consolidação orçamental, o comércio está a dar um contributo vital para a recuperação europeia”.

No entender de Luís Campos Ferreira, para ser sustentável, a recuperação económica da Europa tem que se consolidar através de ligações mais fortes e equilibradas com os seus parceiros estratégicos e com os novos centros de crescimento global. Neste sentido, refere, a questão que se coloca é a seguinte: “está a Europa em condições de encarar com realismo os novos desafios e as novas oportunidades de um comércio cada vez mais globalizado? A resposta é: sim! Desde que prossiga os seus objectivos com pro-actividade e ambição. A sua base é sólida e, não obstante a intensificação da concorrência das economias emergentes, a Europa continua a ser a maior potência comercial a nível mundial”.

“É o maior exportador, é o maior importador, é o maior investidor e o maior receptor de investimento directo estrangeiro. Mantém o seu ‘share’ de mercado ao nível das exportações globais, aguentando o embate dos novos concorrentes, ao contrário de potências como o Japão e os Estados Unidos que viram as suas quotas cair drasticamente. Este é o momento para a Europa beneficiar em pleno da globalização da economia, colocando-a ao serviço do crescimento, do emprego e do Estado de bem-estar. Mais comércio tem um impacto directo na criação de emprego. Em média, cada mil milhões de euros de exportações suporta a criação de 15 mil novos empregos”.

Assim, declarou Campos Ferreira a competitividade da União Europeia deve começar com a adopção de políticas correctas em cada um dos seus Estados. Recorda o parlamentar que bons e maus desempenhos entre Estados membros revelam, acima de tudo, que existem



países com problemas estruturais de competitividade. “Neste caso, há reformas internas incontornáveis, de forma a criar um ambiente mais favorável aos negócios, à criação de riqueza e à criação de empregos. É exactamente esse o caminho que Portugal tem de percorrer, levando a cabo uma ampla agenda de transformações estruturais. Destaco as reformas no âmbito do mercado laboral, da justiça, da educação, da administração pública. Precisamos de um País mais moderno, mais competitivo, mais ágil, mais amigo das empresas, um País mais bem

preparado para competir num mundo global”.

O deputado do PSD referiu-se às trocas comerciais. Num contexto de trocas comerciais, e a par do notável esforço que os empresários portugueses têm feito, urge que as entidades europeias consigam estabelecer ou melhorar os acordos internacionais com alguns dos nossos mercados de destino mais relevantes. “Portugal deve, no seio das instâncias da União Europeia e esta no âmbito da Organização Mundial do Comércio, pugnar para que a relação comercial entre países da União Europeia e terceiros assente numa base de reciprocidade e de benefícios mútuos, com mais equilíbrio e mais equidade. Se é verdade que a União Europeia prossegue o objectivo maior de um mercado livre, aberto, promovendo uma pauta aduaneira acessível a países terceiros e contribuindo até com pautas comerciais solidárias para os países em desenvolvimento, o facto é que o mercado global permanece com grandes bolsas de protecção, com fortes barreiras tributárias e não tributárias que distorcem a concorrência e que impedem a exportação dos nossos produtos para esses mercados. No entanto, o primado do conceito europeu de reciprocidade tem por objectivo abrir mercados dos países terceiros, e não fechar os nossos. O desafio é trazer as economias emergentes ao nosso nível de abertura, e não o contrário. Este é o ADN da nossa Europa”.

Luís Campos Ferreira concluiu que “compete a todos colocar este tema na agenda europeia. Porque isso é ajudar os empresários portugueses, é cuidar da nossa economia, é pensar na Europa, é afirmar Portugal”.

PSD defende a abertura de mais unidades de cuidados continuados

O deputado do PSD, Nuno Reis, apresentou, dia 9, o projecto de resolução do PSD e do CDS que recomenda ao Governo que, durante o ano de 2013, proceda à abertura das unidades de cuidados continuados julgadas tecnicamente necessárias, enquadradas espacial e temporalmente em planos de desenvolvimento regional da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, tendo em conta as prioridades clínicas, a garantia da qualidade nos serviços prestados e as disponibilidades financeiras. Segundo o deputado, a aposta dos cuidados continuados deve ser “um vector fundamental de qualquer política de saúde humanizada, moderna, racional e de qualidade”. “Na sua generalidade o trabalho das unidades de cuidados continuados, independentemente da sua tipologia, deve oferecer uma maior proximidade aos cidadãos, dar lugar a um apoio mais personalizado, mais compreensivo e até mais adequado ao doente que se encontra em recuperação ou convalescença”.



Neste sentido, uma boa rede de cuidados continuados tem uma importante vertente em relação à gestão dos activos do Estado. A título de exemplo, o parlamentar referiu que o encargo para o Estado nas unidades de convalescença orça em 105€ /dia, 87 euros nas unidades de média duração e reabilitação e 60 euros nas unidades de longa duração e manutenção. Assi, frisa o deputado, “a aposta nos cuidados continuados é boa para o doente e mais eficiente para o Estado”.

Nuno Reis referiu-se, também, à irresponsabilidade da gestão dos governos socialistas na forma como foram planeando e incentivando uma expansão desregrada da rede. É, por isso, com grande incredibilidade que o social-democrata assiste à apresentação de uma proposta do PS nesta matéria.



Director: José Silva Marques
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Número 375 • 23 de Setembro de 1981 • Preço 15\$00

Aprovado o Programa do VIII Governo

ABERTO O CAMINHO À CONCRETIZAÇÃO DA ESPERANÇA

PINTO BALSEMÃO: Temos um projecto nacional e uma política para o executar

Foi pela afirmativa que a Assembleia da República assumiu plenamente as orientações fundamentais do projecto nacional que o Governo da AD, o VIII Constitucional e III da Aliança Democrática, demonstrou ter.

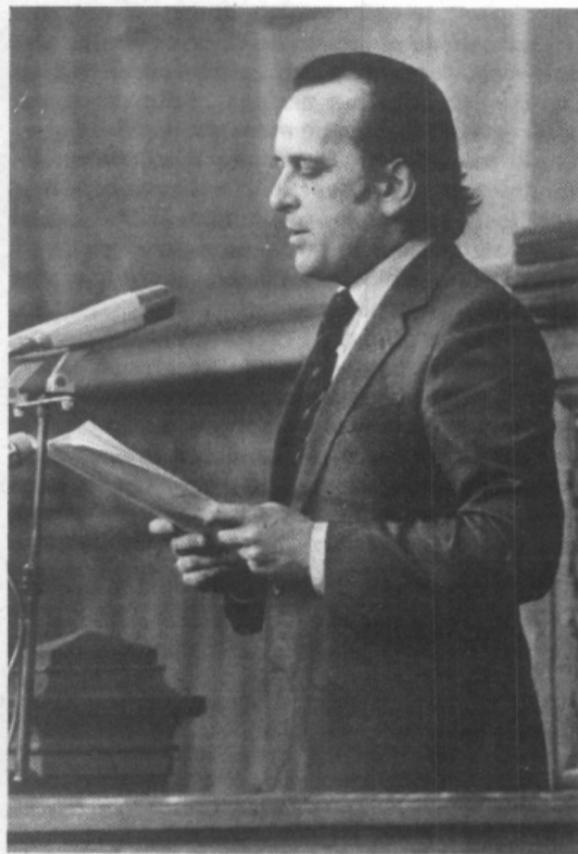
A aprovação pelo Parlamento da moção de confiança no Executivo chefiado pelo líder social democrata, Francisco Pinto Balsemão,

traz novas esperanças ao povo português, agora mais próximo da realização das aspirações que o levaram, por duas vezes, a confirmar a sua opção pelo voto na AD. A habitação, o incentivo das exportações, acréscimo da produção agrícola e a regionalização são as prioridades governativas que ninguém ousou pôr em causa — serão, em breve, as bases dos ansiados progresso e

justiça social, de aumento da riqueza global e de cada um, do esbatimento da diferença subsistente entre os desfavorecidos e os privilegiados.

O futuro é, pois, de fé numa vida melhor. Com uma maioria coesa, consciente e identificada nos interesses nacionais, reforçada num Executivo forte e corajosamente disposto a não hesitar na solução adequada mal-

grado as imensas dificuldades que sabe vai ter de defrontar, os portugueses sentem-se correspondidos. Eles já não consentiam mais a indisciplina da vida nacional, maculada e gravemente enferma de permissividade, clandestinidade e corrupção; desesperavam com a ausência de um quadro de regras claras de funcionamento das estruturas económicas; amarguravam-se



com a injusta igualdade de tratamento entre trabalhadores e parasitas. Agora vêm vontade política e capacidade — sentem segu-

rança e estímulo. Por isso, confirmam a confiança que os seus representantes já depuseram no projecto nacional e política executiva do seu Governo.

O debate parlamentar do programa de Governo bem como das moções de rejeição do PS, PC e MDP (não aprovadas) e de confiança foi bem vivo e elucidativo. Perante as invectivas das oposições, claramente demarcadas entre si pela democracia, a maioria e o seu Governo expuseram, esclareceram — dignificaram a Assembleia da República e o próprio Estado, demonstraram que a AD é uma realidade viva, forçaram as minorias à devassa da sua própria incapacidade de se constituírem em alternativas de poder.

IX Congresso Nacional dias 5 e 6 de Dezembro

• Nascimento Rodrigues e Tomás de Oliveira Dias novos vice-presidentes do PSD



O Conselho Nacional do PSD, reunido no passado dia 19 deliberou convocar o IX Congresso Nacional para os dias 5 e 6 de Dezembro na cidade do Porto.

Na escolha da data e local da próxima reunião ordinária do Congresso do Partido foi tomada em consideração que no dia 4 de Dezembro se realiza na cidade do Porto uma homenagem nacional a Francisco Sá Carneiro e a Amaro da Costa.

O Conselho Nacional elegeu para vice-presidentes da Comissão Política Nacional os militantes Henriques do Nascimento Rodrigues e Tomás Oliveira Dias e para vo-

gais do mesmo órgão Helena Roseta, Casimiro Pires e Pedro Santana Lopes.

O Conselho Nacional analisou o debate processado na Assembleia da República sobre o Programa do VIII Governo Constitucional. A qualidade desse Programa, o elevado nível das intervenções proferidas pelos membros do Governo — mormente pelo Primeiro-Ministro — e a capacidade demonstrada pelo Grupo Parlamentar do PSD, constituem motivos de redobrado estímulo para todos os militantes e de consolidação da esperança depositada pelo eleitorado na Aliança Democrática.

LEIA
AS INTERVENÇÕES
DOS
SOCIAIS-DEMOCRATAS
NAS PÁGINAS
2, 3, 4, 5, 6, 12 E 13



As redes de inovação e competitividade

Jaime Quesado (*)

A mensagem que vem de Bruxelas é muito clara – só com uma aposta séria em novas Redes de Inovação e Competitividade será possível desenvolver uma economia inteligente, com efeitos no mercado. Portugal está esta rota e importa mostrar que há um Novo Capital de Competência Estratégica de base nacional. Numa época de crise complexa, o objectivo das novas redes de inovação e competitividade implica uma mobilização das competências nacionais para uma nova agenda. O futuro de Portugal faz-se com os Portugueses e é essa a mensagem central que importa deixar nestes tempos de crise.

A Economia Portuguesa está claramente confrontada com um desafio de Crescimento Efectivo e Sustentado no futuro. Os números dos últimos vinte anos não poderiam ser mais evidentes. A incapacidade de modernização do sector industrial e de nova abordagem, baseada na inovação e criatividade, de mercados globais, associada à manutenção do paradigma duma “economia interna” de serviços com um carácter reprodutivo limitado criou a ilusão no final da década de 90 dum “crescimento artificial” baseado num consumo conjuntural manifestamente incapaz de se projectar no futuro.

Portugal precisa efectivamente de potenciar a sua presença activa nas redes internacionais de inovação e competitividade, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos “Pólos de Competitividade” em que actuar (terão que ser poucos e com impacto claro na economia); selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para captação de “IDE de Inovação”.

O Investimento Directo Estrangeiro desempenha neste contexto um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do “IDE de Inovação” associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se duma abordagem distinta, protagonizada por “redes activas” de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (Empresas Líderes, Universidades, Centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes.

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o “IDE de Inovação” é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os “Centros de Competência” para esta abordagem activa no Mercado Global – mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Cortar para quê?

Luís Marques Mendes (*)

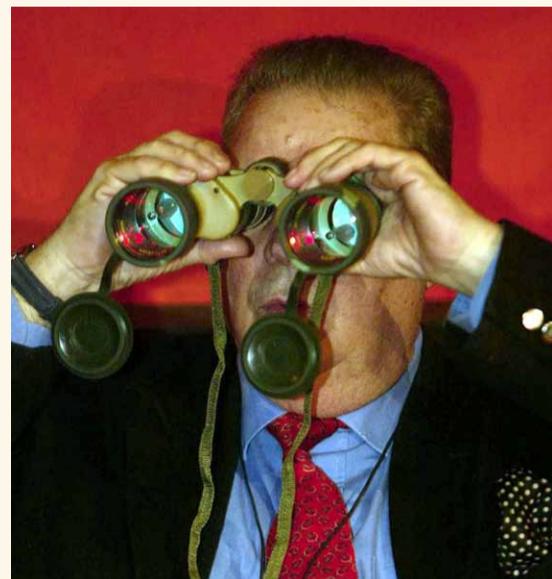
A discussão sobre os cortes na despesa do Estado está de volta. Até ao final do mês, há que dizer à troika como, quando e onde se cortam 4 mil milhões de euros na despesa pública. Trata-se de definir o que é que de estrutural vai mudar na segurança social, na educação, na justiça e noutras áreas do Estado. Não é uma tarefa fácil. Em boa verdade, teria sido mais adequado tomar esta decisão há um ano. O ambiente político era outro, a disponibilidade dos cidadãos era maior e o assalto fiscal entretanto empreendido poderia ter sido evitado. De qualquer forma, trata-se de um objectivo importante. Cortar na despesa do Estado é a única forma consistente de baixar a carga fiscal. E baixar a carga fiscal é o único modo seguro de o País poder voltar à prosperidade e ao crescimento. Logo, temos que percorrer este caminho.

Em democracia não chega, porém, afirmar uma política. É preciso que os cidadãos acreditem nela. Cortar quatro mil milhões na despesa do Estado, sem mais, não diz nada ao comum dos cidadãos. Pode até assustar muitos portugueses menos informados sobre os prós e os contras destas orientações. Tomar uma decisão desta envergadura sem que as pessoas verdadeiramente percebam para que servem tais cortes, qual a vantagem que tiram da sua concretização e qual a contrapartida económica e social que vão obter no futuro é um tiro no escuro. Perigoso e evitável.

Assim, o plano de corte na despesa do Estado deve ser acompanhado de um compromisso de redução da carga fiscal. No momento em que anuncie um corte na despesa de quatro mil milhões, o Governo deve anunciar também, de forma quantificada e calendarizada, o compromisso futuro em termos de redução da carga fiscal. Fazer isto é praticar a coerência – afinal, a menos despesa devem corresponder menos impostos. Assumir esta atitude é firmar um contrato entre o Estado e o cidadão. E o cidadão fica assim a perceber o benefício que lhe advém de ter um Estado menos gastador. Seguir este caminho é fazer política. Não a política do marketing ou do soundbite, mas sim a política com substância e significado. Aquela que exige objectivos estratégicos, compromissos mobilizadores e sobretudo um grande respeito pelo cidadão.-

(*) Conselheiro de Estado, ex-Presidente do PSD

“Por um canudo...”



Bruxo!

Luiz Rodrigues (*)

Neste deserto de julgamentos políticos e opiniões mediáticas, plasmadas no que se convencionou chamar “sound bytes”, e em prosas extensas, mas que se vão aproximando cada vez mais da linguagem infantil e idiota dos “sms” e dos “twitters” (‘lol...’), é um conforto e um aquecimento para a alma, encontrar cronistas que, em bom Português, com parcimónia de palavras e abundância de intuição e cultura, ainda são capazes de traçar um retrato de um acontecimento – dito “mediático”, perdoem o lugar-comum - em meia dúzia de traços que à luz crua da verdade, ensinam ao vulgo o que realmente se passa!

Não são muitos. Mas os que são merecem, sem reservas, a nossa admiração e reconhecimento. Um deles é o João Pereira Coutinho, que escreve no “Correio da Manhã” e muitas vezes tenho citado nesta secção do Povo Livre. Há dias – imediatamente a seguir à reunião da Comissão Política socialista – Pereira Coutinho dizia tudo, explicava tudo, em 14 linhas. E com a devida vénia (mais uma vez, perdão por um tropo inevitável...) aqui se repetem: «... veja-se a novela António Costa: como explicar que o príncipe do PS não tenha avançado heroicamente contra Seguro na última comissão política? Os plumitivos desataram a espremer as meninges, e de todas as explicações, não querem acreditar na mais óbvia: o país ‘real’, sem falar do país ‘socialista’, não se confunde com a imprensa hagiográfica (e lisboeta) que pretende canonizar o homem ainda em vida. No país ‘real’, Costa é ninguém. E, no país ‘socialista’, Costa é execrado por um aparelho que pertence, quase por inteiro, ao Tozé. A comissão política foi um choque de realidade para quem se julgava muito acima do baixo mundo partidário. Azar; sem esse mundo, entrar de peito feito no Rato é sair dele... como um.»

Há aqui uma lição para muita gente boa? Parafraseando um conhecido banqueiro, arrisco dizer: «Ai há, há!...»

(*) Da Redacção do “Povo Livre”

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2013, (terça-feira) pelas 21H00, na sede, sita na Rua da Sociedade Incrível Almadaense, n.º 4 - A, em Almada, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Orçamento para 2013
- 3 - Contas de 2012
- 4 - Autárquicas 2013
- 5 - Análise da Situação Política.

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Amares, para reunir, no próximo dia 23 de Fevereiro de 2013 (sábado), pelas 17H00, na sede, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36 - Ferreiros AMR, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Discussão e votação do Relatório e Contas 2012
- 3 - Discussão e votação do Orçamento 2013
- 4 - Eleições Autárquicas 2013 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias locais, nos termos da alínea f), ponto 2 artigo 53 dos Estatutos do PSD - Rectificação da deliberação da Comissão Política sobre a indicação do candidato do PSD à Câmara Municipal de Amares
- 5 - Análise da situação política

CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção das Caldas da Rainha, para reunir, no próximo dia 17 de Fevereiro de 2013 (domingo), pelas 16h00, no Salão da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Arneirense, sita no Bairro dos Arneiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Dar parecer sobre a indicação do candidato proposto pela Comissão Política Local à Presidência da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, e aprovar o respectivo programa eleitoral, nos termos da alínea f) do nº 2 do Artigo 53 dos Estatutos do PSD

COIMBRA / DISTITAL

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes da Distrital de Coimbra, para reunir, no próximo dia 15 de Março de 2013, (Sexta-feira), pelas 17h00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Ponto único - Eleição dos órgãos Distritais
 Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
 Eleição da Comissão Política Distrital
 Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
 Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira

Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Locais de Votação

Arganil - Sede do PSD - Largo Padre Manuel Vasconcelos

Cantanhede - Sede do PSD - Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio 2º andar, sala 11

Coimbra - Sede do PSD - Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16

Condeixa-a-Nova - Casa do Povo

Figueira da Foz - Sede do PSD - Rua da Liberdade, nº 6

Góis - Sede do PSD - Rua Irmãos Bandeira, nº 3

Lousã - Sede do PSD - Rua Dr. Pires de Carvalho

Mira - Sede do PSD - Av. 25 de Abril, Galerias de Mira

Miranda do Corvo - Sede do PSD - Rua Belizário Pimenta

Montemor-o-Velho - Sede do PSD - Rua Dr. José Galvão, 106

Oliveira do Hospital - Sede do PSD - Rua António Canastrinha, nº 1 - B

Pampilhosa da Serra - Sede do PSD - Estrada dos Lobatos s/n

Penacova - Sede do PSD - Edifício Penedo Raso, r/c

Penela - Salão dos Bombeiros Voluntários de Penela

Soure - Sede do PSD - Travessa das Carvalhosas

Tábua - Sede do PSD - Rua Dr. Castanheira Figueiredo

Vila Nova de Poiares - Sede do PSD - Av. Manuel Carvalho Coelho

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 22h00.

CELORICO DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Celorico de Bastos, para reunir, no próximo dia 13 de Fevereiro de 2013 (quarta-feira), pelas 21h30, na sede sita na Rua Rodrigo Sousa e Castro (junto à Biblioteca Municipal), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013 - Proposta do candidato à Câmara Municipal de Celorico de Basto
- 2 - Outros assuntos de interesse

GAVIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Gavião, para reunir, no próximo dia 23 de Fevereiro de 2013 (sábado), pelas 20H30, na Rua Dr. Dias Calazans 1 r/c (frente ao Café Marinheiro), com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política local
- 2 - Dar parecer sobre a candidatura À Câmara Municipal de Gavião, nos termos do Artº 53, ponto 2, alínea f) dos Estatutos do PSD

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013, (Sexta-feira) pelas 21h00, na Sede, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:
 Ponto único - Análise da situação Político-Partidária - Eleições Autárquicas

ÁREA OESTE / LISBOA / DISTITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Distrital da Área Oeste / Lisboa, para reunir, no próximo dia 01 de Março de 2013 (sexta-

feira), pelas 21h30, no 1º andar do Edifício da antiga Escola Básica P3 do Carregado, sito na Av. da Associação Desportiva do Carregado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Discussão e aprovação das contas de 2012
- 2 - Outros assuntos de interesse

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Marvão, para reunir, no próximo dia 21 de Fevereiro de 2013 (quinta-feira), pelas 20h00, na Junta de Freguesia de Santa Maria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informação de assuntos da concelhia e da política actual

2 - Apresentação e aprovação dos candidatos (cabeças de lista) à Câmara Municipal de Marvão, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia para as próximas eleições autárquicas, do concelho de Marvão

3 - Assuntos diversos

MESÃO FRIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Mesão Frio para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2013 (terça-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Carreira, n.º 54, Santa Cristina, Mesão Frio, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Apresentação, discussão e aprovação das contas do exercício de 2012;

2 - Autárquicas 2013 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos e aprovar o programa eleitoral sob proposta da Comissão Política (alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º dos Estatutos).

3 - Outros assuntos.

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Moita, para reunir, no próximo dia 21 de Fevereiro de 2013 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua 5 de Outubro, 19-A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação do Relatório e contas de 2012
- 3 - Análise da situação política concelhia (autárquicas 2013)

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré para reunir no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30 na Sede, sita no Edifício Gameiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Informações
- 2.- Análise da Situação Política local e Nacional
- 3.- Continuação da preparação do processo autárquico

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Fevereiro de 2013, (Sexta-Feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Dr. Luís Torres, 4-2º com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;

2 - Informações da Comissão Política de Secção;

3 - Autárquicas 2013:

- Designação da Comissão de Coordenação Autárquica;

- Apresentação do projecto Participa Pombal;

- Emissão de parecer sobre proposta da Comissão Política relativamente às candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos do artigo 53º nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD;

4 - Outros assuntos.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir no próximo dia 01 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política nacional e local
- 3 - Orçamento e relatório de contas

**VEISEU
RECTIFICAÇÃO DA OT**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Fevereiro de 2013 (quarta-feira), pelas 21h30, no Solar dos Peixotos (Ed. da Assembleia Municipal), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação das contas de 2012 e orçamento de 2013
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Eleições Autárquicas 2013
- 5 - Outros assuntos.



SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Santarém para reunir em sessão ordinária às 17h30m, dia 2 de Março de 2013, na Sede do PSD Distrital de Santarém, situada na Calçada de Mem Ramires nº 10, 2005-105 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Análise da Situação política e informações.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia de Penafiel, para reunirem em Plenário às 18h00m do dia 2 de Março de 2013, na Sede da Junta de Freguesia de Castelões, Concelho de Penafiel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Análise da situação política.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Sintra, para reunir no próximo dia 22 de Março de 2013, pelas 20:30, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7, Sintra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário:

Notas:

As urnas de voto estão abertas das 20:30 às 23:00.

As listas candidatas ao acto eleitoral deverão ser entregues na morada acima indicada ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia de Sintra ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

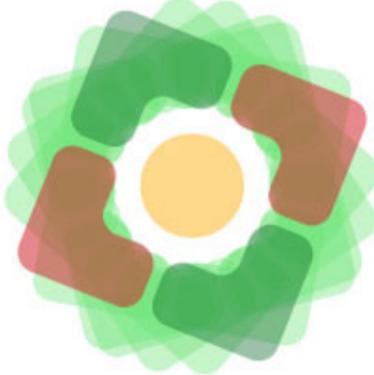
PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Concelhia da JSD de Porto de Mós, a reunir no dia 16 de Março de 2013, pelas 18 horas, na Sede Concelhia do PSD de Porto de Mós, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo, n.º 2, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

2^{as} Jornadas
**consolidação,
crescimento
e coesão**

15. fev. (sexta) 21h00	Beja Bragança Évora Porto Viana do Castelo
16. fev. (sábado) 21h00	Lisboa AO 15h Portalegre 15h Setúbal Vila Real